

Prosa Rural – uma ferramenta da Embrapa para uma comunicação participativa com os agricultores familiares no Território do Sisal, Bahia¹

Selma Lúcia Lira Beltrão²

Resumo

Este trabalho apresenta as contribuições do programa semanal de rádio *Prosa Rural* – coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e rádios comunitárias –, para o estabelecimento de uma comunicação participativa e interativa com os agricultores familiares em substituição aos processos de comunicação linear e unidirecional praticados pela pesquisa agropecuária no modelo difusionista. A análise baseia-se em estudo de caso realizado no Território do Sisal, no Semiárido do Estado da Bahia.

Palavras-Chave: Comunicação Participativa ; Rádio; Embrapa

¹ Trabalho apresentado no Grupo Temático 15 - Comunicación Popular, Comunitaria y Ciudadanía, do X Congreso da Asociación Latinoamericana de los Investigadores de la Comunicación – ALAIC, 22 al 24 de setiembre de 2010.

² Jornalista, Mestre em Desenvolvimento Sustentável na área de concentração de Política e Gestão de C&T pela Universidade de Brasília (CDS/UnB), Analista da Embrapa Informação Tecnológica (Brasília, DF), selma@sct.embrapa.br

Introdução

O modelo difusionista adotado pela pesquisa agropecuária e pela extensão rural no país no Brasil – a partir de meados da década de 1960 - contribuiu para reforçar, por meio da adoção de processos comunicativos unidirecionais e persuasivos, a visão de mundo do Estado brasileiro e das instituições de Ciência e Tecnologia (C&T), subordinadas às diretrizes governamentais.

Com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Embrater, em 1990, a Embrapa assumiu a responsabilidade pela comunicação e transferência de tecnologias dos resultados de suas pesquisas para os agricultores. Para isso fez uso do modelo difusionista que já vinha sendo praticado em seus centros de pesquisa, criando canais próprios de comunicação.

Foi somente a partir de 1996, que a Embrapa, para adequar-se às estratégias governamentais e internacionais de apoio à agricultura familiar para o enfrentamento da crise econômica e o desenvolvimento agrícola do País, reconheceu esse segmento como um público de interesse da instituição, deixando essa postura oficializada em sua Política de Comunicação elaborada em 1996 (EMBRAPA, 1996) e em algumas linhas de pesquisa.

Ainda assim, seus meios, linguagem e produtos de comunicação continuavam dirigidos para o público técnico e acadêmico ou para o público geral, e, portanto, sem considerar as necessidades nem respeitar a identidade dos seus públicos específicos de interesse, entre os quais os agricultores familiares.

O fortalecimento da agricultura familiar como uma categoria política e a inadequação dos canais de informação e comunicação dirigidos aos agricultores familiares tornaram inevitável que os movimentos ligados a esse segmento pressionassem por maior acesso aos principais resultados das pesquisas geradas pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, coordenado pela Embrapa desde a década de 1990.

As primeiras estratégias de comunicação da Embrapa, que tiveram como característica adotar uma postura de maior diálogo e revalorização dos conhecimentos históricos dos agricultores familiares só foram fomentadas a partir de 2003, quando a instituição se inseriu nas políticas sociais e de desenvolvimento rural, por meio de

projetos estruturantes em apoio ao Programa Fome Zero³.

A partir daí a Embrapa pôs em prática iniciativas voltadas diretamente para os agricultores familiares, como o projeto radiofônico Prosa Rural, que busca promover uma comunicação interativa e mais participativa com o agricultor em substituição aos processos de comunicação unidirecional e descendentes praticados pela pesquisa no modelo difusionista.

A comunicação participativa mediada pelo rádio

A comunicação é um processo, como nos lembra Paulo Freire (1977), de interação social. Ela permite o compartilhamento de experiências e o diálogo. Assim, não há como falar de participação sem que haja um processo de comunicação estabelecido, e tampouco considerar que a simples transmissão de informações promova interação, comunicação e diálogo.

É neste sentido que Bordenave (1987, p. 68) afirma que a comunicação exige relação, porque é interação social que une ou separa os atores e, portanto, é também socialização de conhecimentos, na medida em que exige um processo de interação do sujeito com seu ambiente social, não se restringido ao acesso a informações.

Esse autor adverte que muitos diálogos aparentemente comunicativos podem ser de fato atos de cooptação e de imposição de idéias. “Pensar que toda comunicação leva necessariamente à comunhão é desconhecer ingenuamente a natureza conflitual do homem e da sociedade” (BORDENAVE, 1988, p.19).

Essa mesma situação aplica-se à comunicação praticada no modelo difusionista, adotado no Brasil a partir da segunda metade da década de 1970 pela pesquisa agropecuária e a extensão rural dentro da problemática do desenvolvimento, por meio de métodos tradicionais de comunicação linear e vertical, e da persuasão sobre os agricultores para aceitarem os pacotes tecnológicos gerados pela pesquisa agropecuária.

Na perspectiva do difusionismo, a comunicação foi e, em certa medida ainda é, entendida apenas como meio de transmissão unidirecional de informações, com mensagens de cunho técnico, do Difusor como Emissor para o Agricultor, enquanto Receptor (BORDENAVE, 1988, p.8).

³ O Fome Zero, que inicialmente denominou-se como um programa, é uma estratégia conformada por um conjunto de programas, projetos e ações de diversos órgãos do Governo Federal, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, por meio do acesso aos alimentos e à inclusão social (FOME ZERO, 2006).

Este procedimento restringe as possibilidades de diálogo e de participação, bem como a aprendizagem e a apropriação social dos conhecimentos a respeito das tecnologias difundidas, uma vez que, para o agricultor, não basta o acesso às informações para que ocorra apropriação de conhecimentos que conduza a uma transformação social e, sem interação, não há diálogo ou aprendizagem (FREIRE, 1977).

A partir dessa provocação de que a comunicação é por definição diálogo surgiu, ainda na década de 1970, uma nova orientação metodológica de comunicação que se sobrepõe à proposta de difusão, a da comunicação participativa ou interativa, como propõe Lima (2004) atualizando o conceito de Paulo Freire⁴ à emergência das tecnologias interativas de comunicação.

Dessa forma, o processo de comunicação com e para os agricultores familiares defendido neste trabalho é o de comunicação participativa e interativa, baseada no diálogo e na atuação ativa desses atores no processo, enquanto emissores e receptores simultâneos e na perspectiva da partilha de informações e conhecimentos, facilitada pelo uso de linguagem coloquial e mediada por tecnologias de comunicação.

Para chegar mais perto do agricultor familiar essa comunicação utiliza o rádio, um veículo de massas, de custo relativamente baixo e que ainda é o mais versátil, popular e democrático em termos de uso e de suas funções “e que muitas vezes é o único a levar a informação para populações de regiões que não têm acesso a outros meios, seja por motivos geográficos, econômicos ou culturais” (ORTRIWANO, 1985, p. 78). É também um veículo que “reforça a tradição da comunicação oral no meio rural” (FERNANDÉZ, 2006, p. 11).

Peruzzo (1988, p.283) nos lembra que um dos objetivos da participação é a partilha de informação de forma que, por meio dela, obtenha-se o acesso mais fácil ao conhecimento científico e tecnológico – o qual não deve ficar restrito a umas poucas lideranças, mas ser estendido ao grupo e potencializar as pessoas para uma ação entre iguais. Todo esse processo é capaz de, em última instância, levar à participação poder, que é o tipo mais avançado de participação, conforme as modalidades criadas por essa autora.

⁴ Em 1968, Paulo Freire discutiu conceitualmente a noção de comunicação em sua obra *Extensão ou Comunicação?* em um trabalho para o Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria (ICIRA) do Chile, com o objetivo de formular críticas às atividades de extensão dos agrônomos e servir de base para a discussão em um grupo interdisciplinar sobre Reforma Agrária (LIMA, 2004).

Mas, para isso, é preciso ter claro de que tipo de participação no processo de comunicação se está falando, pois participação abrange uma diversidade de processos, formas, níveis e intensidades. Essa autora engloba a participação em três diferentes modalidades: a Participação Passiva, a Participação Controlada e a Participação Poder, modalidades construídas⁵ a partir:

“[...] dos conceitos genéricos usados por vários autores, significando o acesso, o tomar parte, o partilhar, os conceitos de co-gestão e de auto-gestão, bem como as experiências em curso. Estas modalidades são construídas dentro de uma perspectiva mais ampla de ação coletiva e não são necessariamente cronológicas nem se excluem mutuamente, porque podem concretizar-se dialeticamente” (PERUZZO, 1998, p. 78).

Difusionismo versus Comunicação Participativa com os agricultores familiares

Na década de 1970, o Brasil viveu um período caracterizado pelo avanço da industrialização em substituição à política de importações, pela expansão da fronteira agrícola para resolver o problema da escassez mundial de alimentos e para atender ao mercado de exportação de produtos primários.

Para alcançar seus objetivos o Estado promoveu a modernização tecnológica da agricultura que, segundo Graziano da Silva (1982), significava a passagem do estágio da agricultura tradicional para a introdução de uma tecnologia moderna, com padrão de produção sustentado na adoção dos chamados pacotes tecnológicos⁶.

Foi também na década de 1970 que o Brasil viveu um momento de “proliferação das Empresas Públicas para atuar em atividades de risco e que não eram passíveis de apropriação privada” (RODRIGUES, 1994, p. 173). Neste contexto, além da Embrapa criada em 1973, foi criada em 1974 a Embrater para integrar as iniciativas regionais e estaduais do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER).

A filosofia de trabalho da Embrapa em seus primeiros anos foi privilegiar a geração de pacotes tecnológicos “servindo aos interesses dos grandes produtores e dos complexos agroindustriais” (RODRIGUES, 1986, p. 192). Para isso, a Empresa montou

⁵ Peruzzo parte das abordagens de Demo (1988) quanto à participação como conquista; de Bordenave (1988) que trabalha com graus de participação relacionados à questão do acesso ao controle das decisões, consulta facultativa ou obrigatória, elaboração/recomendação, cogestão e delegação e autogestão; e Ferreira (1985) que apresenta três tipos de participação no envolvimento de comunidades em programas públicos: nas decisões, na execução e nos resultados.

⁶ Pacotes Tecnológicos – conjunto de técnicas/práticas e procedimentos agrônômicos que se articulam entre si e são aplicados indivisivelmente numa lavoura ou criação, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa (AGUIAR, 1986).

uma rede de difusão tecnológica em todos os seus centros de pesquisa para divulgar os resultados dos seus projetos em articulação com os extensionistas e com os agricultores que apresentassem maior potencial de adoção de tecnologias.

Para alcançar o aumento da produtividade agrícola desejada, a pesquisa agropecuária e a extensão rural adotavam a seguinte metodologia de trabalho: a partir da compreensão dos problemas enfrentados pelos produtores, a pesquisa gerava pacotes tecnológicos para diferentes culturas nos seus centros ou estações experimentais e repassava para a assistência técnica e extensão rural, que iria estimular, por meio de processos de comunicação unidirecional, a adoção pelos produtores. A utilização da comunicação como estratégia de difusão tecnológica e de inovações na agricultura tinha como filosofia o modelo difusionista.

A difusão de tecnologia ou, como se convencionou simplesmente chamar o modelo difusionista, que surgiu nos Estados Unidos na segunda metade do século XX tendo como um dos seus principais teóricos o sociólogo Everett Rogers (1962), “foi amplamente adotado no Brasil em suas políticas de comunicação e desenvolvimento” (THIOLLENT, 1984, p. 44). Essa estratégia inscreveu-se como uma concepção da Teoria da Modernização⁷ para o desenvolvimento e adoção de inovações necessárias ao Terceiro Mundo (MATTELART; MATTELART, 2006, p. 116).

Essa tradição difusionista foi severamente criticada por Paulo Freire (1977), por não permitir a participação ou interferência dos agricultores no processo de decisão, considerando-os como objeto da ação (fontes passivas) e não sujeitos da mesma, e por reforçar sistemas sociais opressivos, nos quais a decisão dos agricultores estava fortemente condicionada pelos mecanismos de poder e controle.

A partir da década de 1980 cresceram em todo o mundo as críticas⁸ ao modelo difusionista, principalmente na América Latina, onde foi intensamente adotado pelo processo de intervenção da comunicação rural para o desenvolvimento.

No ano de 1990, ocorreu a extinção da Embrater, no governo do Presidente Fernando Collor de Melo, contribuindo ainda mais para o aumento da ineficiência do Estado em levar ao homem do campo informações e tecnologias que atendessem às

⁷ Teoria da Modernização – baseava-se na passagem da sociedade tradicional para a moderna, abandonando os valores tradicionais e adotando novas ideias com vista a produzir o aumento da renda *per capita* e dos níveis de vida, mediante métodos de produção mais modernos e de uma organização social aperfeiçoada (MATTELART; MATTELART, 2006).

⁸ O próprio Rogers reviu a sua teoria, criticando-a por esquecer o contexto, definir os interlocutores como átomos isolados e, sobretudo, basear-se em uma causalidade mecânica, de sentido único. E, em seguida, definiu a comunicação como ‘convergência’ ou ‘processo de partilha’, no qual os participantes criam e compartilham a informação para alcançar uma compreensão mútua (Ibid.).

demandas dos agricultores e das organizações coletivas locais.

A partir daí, a Embrapa deveria coordenar⁹ as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural e foi levada também a criar canais próprios para a comunicação e a difusão tecnológica de seus resultados de pesquisa. A maior parte dos resultados de pesquisa da empresa passou a ser divulgada para um público bastante amplo, por intermédio de veículos de comunicação de massa e produtos de promoção institucional. Enquanto as informações técnicas passaram a ser disseminadas por meio de publicações e eventos técnico-científicos.

Na primeira metade dos anos de 1990, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso percebendo a capacidade da agricultura familiar para rebater dois elementos da crise enfrentada pelo País no modelo de desenvolvimento neoliberal, a questão ambiental e o desemprego, promoveu a legitimação da agricultura familiar, inscrevendo essa importante categoria de produtores no planejamento das políticas públicas federais. Para isso criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Nesta época, 1996, a Embrapa elabora a sua Política de Comunicação, inserindo os agricultores familiares como um dos seus públicos de interesse.

No início dos anos 2000, com o crescimento da agricultura familiar como categoria política vinculada ao movimento sindical (SCHNEIDER, 2007, p.17), acentuou-se a pressão dos setores mais organizados dos agricultores familiares e dos movimentos por Reforma Agrária por acesso a informações e conhecimentos gerados ou adaptados pela pesquisa agropecuária pública, e que possam ser apropriados e reaplicados, propiciando desenvolvimento social em escala.

Em 2002, a Embrapa elabora a segunda edição da sua Política de Comunicação, onde reconhece a necessidade de criar canais de comunicação segmentados para melhor adequar-se ao perfil dos seus públicos de interesse, mas nenhum formato, meio ou linguagem é criado para a sua comunicação com os agricultores familiares.

Com a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, o governo passou a priorizar estratégias de combate à fome, à pobreza e à exclusão social materializadas em uma Agenda Social que teve como instrumento principal o Programa Fome Zero, principal estratégia do governo para o desenvolvimento social do País.

⁹ Em outubro de 1990, o Decreto Presidencial nº. 99.916 transferiu para a Embrapa a coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibrater (EMBRAPA, 2000, p.77).

A Embrapa, empresa de pesquisa agropecuária que tem entre os seus valores contribuir com conhecimentos e tecnologias para a redução da pobreza e das desigualdades regionais (EMBRAPA, 2008, p. 18-19), desenvolveu vários projetos no âmbito do Fome Zero, a maior desses no Vale do Jequitinhonha (MG) e no Semiárido nordestino e alguns deles como o Prosa Rural em municípios que passaram a constituir o Território do Sisal, no Estado da Bahia.

O programa semanal de rádio da Embrapa - Prosa Rural

O programa radiofônico semanal Prosa Rural foi criado em 2003, a partir de uma estratégia de ação baseada inicialmente no diagnóstico “Semiárido: subsídios para o projeto programa radiofônico Embrapa – Fome Zero”, realizada por meio de pesquisa nos locais onde o programa seria veiculado.

Esse diagnóstico foi realizado em seis estados nordestinos: Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Bahia, Ceará e Piauí, onde foram entrevistadas cerca de 300 pessoas – lideranças locais, técnicos, pesquisadores, agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais, estudantes e donas da casa.

A pesquisa identificou elementos como demandas vinculadas ao calendário agrícola local, às necessidades e aos valores de cada região com seus componentes culturais que contribuíram para a discussão de um projeto que atendesse às necessidades e aos interesses dos agricultores familiares e dos jovens rurais em relação às pesquisas desenvolvidas pela Embrapa e empresas do SNPA, resultando na criação do programa radiofônico semanal Prosa Rural.

O programa Prosa Rural objetiva democratizar o acesso às informações técnico-científicas e socializar as informações e os conhecimentos gerados ou adaptados pela Embrapa e parceiros, por meio da divulgação em linguagem simplificada de tecnologias de baixo custo e fácil apropriação pelos jovens rurais e agricultores familiares, que são o seu público-alvo.

A linguagem coloquial, a forma simples passo a passo como as tecnologias e práticas agropecuárias são apresentadas e os usos de expressões regionais buscam não apenas traduzir a informação técnico-científica, mas identificá-la com os problemas “de quem e para quem” o programa está falando.

Ações do Prosa Rural no Território do Sisal (BA)

Situado no semiárido da Bahia, o Território do Sisal foi instituído como um território rural em 25 de setembro de 2003, a partir da política de desenvolvimento rural com abordagem territorial implementada pelo estado, e em consonância com o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Os municípios que constituem esse território apresentam proximidade geográfica e características comuns de clima, vegetação, solo, atividade econômica, cultural e coesão social.

O Território é formado pelos municípios de Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quinjigue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

O programa de rádio Prosa Rural começou a ser veiculado em 2005 no Território do Sisal em oito rádios comunitárias, duas comerciais¹⁰ e por intermédio do Movimento de Organização Comunitária – MOC, organização que tem contribuído para consolidar a comunicação comunitária e participativa no território.

Atualmente sete rádios veiculam o Prosa Rural no Sisal. Dessas, cinco levam o programa ao ar mais de uma vez por semana, sendo que algumas veiculam o Prosa diariamente, caso da Rádio Cultura FM de Araci e a Nordestina FM de Nordestina. Apenas as rádios Riacho FM de Queimadas e Coité FM de Conceição do Coité veiculam o programa uma vez por semana, e as demais costumam fazer reprises do Prosa Rural, principalmente durante a programação específica de algumas organizações locais, como sindicatos, associações ou cooperativas.

Formas de participação dos atores territoriais no Prosa Rural

Com base em entrevistas realizadas para o estudo de caso desenvolvido em pesquisa de mestrado no Território do Sisal, e adotando as modalidades de participação passiva, participação controlada e participação poder apresentadas por Peruzzo (1998), é possível identificar as formas de participação que o programa suscita nos agricultores familiares e em suas organizações representativas.

¹⁰ O raio de alcance da Rádio Sabiá FM, uma rádio comercial do município de Conceição do Coité que veicula o programa, abrange 30% dos municípios do território.

Para adequar as modalidades de participação criadas por essa autora às ações comunicativas relacionadas a um programa de rádio como o Prosa Rural, a pesquisa analisou as formas de participação dos atores individuais, sociais e institucionais envolvidos no programa, caso dos agricultores-ouvintes, lideranças de sindicatos, de associações, de cooperativas, radialistas e responsáveis pelas rádios, técnicos e extensionistas e as possibilidades do projeto contribuir para a comunicação participativa e interativa com esses atores no território.

O Prosa Rural é veiculado nas rádios do território pelo menos uma vez por semana, em dias e horários fixos, o que contribui para criar nos ouvintes o hábito de escutar o programa. A possibilidade de os dias e horários de veiculação – que são de definição exclusiva das emissoras de rádio – não serem os mais adequados para atender aos hábitos e aos recursos tecnológicos disponíveis pelos agricultores do território apresenta algumas limitações para a participação dos agricultores familiares, e conduzem a algumas modalidades de participação, conforme a tipologia apresentada por Peruzzo.

No município de Queimadas, há duas rádios comunitárias que veiculam o programa em dias da semana diferentes, a Rádio Queimadas FM às 4h15min, e a Rádio Riacho FM, do Povoado de Riacho da Onça, às 5h. Em visita ao assentamento Murici e ao Povoado de Nova Paz, que ficam no município, foi possível verificar que os agricultores e agricultoras locais raramente ouvem rádio nesses horários, porque é o momento da ordenha e eles não dispõem de rádio portátil. Conseqüentemente, esses agricultores e agricultoras não têm a oportunidade de ouvir o programa e de participar de alguma forma no mesmo ou a partir dele.

Outra limitação diz respeito à definição dos temas ou assuntos a serem veiculados, na qual a participação dos agricultores e de suas organizações representativas, como os sindicatos, as cooperativas, as federações e as associações é pouco desenvolvida, pois ocorre indiretamente. Em geral, os agricultores e os movimentos sociais encaminham suas dúvidas ou questionamentos por meio de cartas, telefonemas ou e-mails para os centros de pesquisa da Embrapa e Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPA, ou os fazem durante reuniões e eventos de transferência de tecnologia, como nos Dias de Campo ou seminários técnicos.

Esses centros fazem anualmente a seleção dos temas que serão submetidos ao edital do Prosa Rural para a definição da grade anual de programação. Esta seleção leva em consideração os temas mais demandados pelos agricultores e pelas organizações da

sociedade civil das suas respectivas áreas de influência, bem como a adequação da tecnologia proposta ao público específico do programa.

A partir daí, os centros de pesquisa da Embrapa e as OEPA's acabam fazendo interpretações das necessidades que esses agricultores familiares e suas organizações têm em relação a informações e demandas tecnológicas, reproduzindo, assim, o dirigismo de tecnologias e o controle das informações que caracterizam a prática tradicional difusionista.

Desta forma, a participação dos agricultores familiares e dos atores sociais do Território do Sisal no programa Prosa Rural pode ser caracterizada como **Passiva**, pois se limita à concessão de entrevistas para o quadro “Fala Produtor” e, ainda assim, mediante a indicação feita pelos centros de pesquisa da Embrapa ou Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária responsáveis pelo tema veiculado.

Mas, quando ocasionalmente a coordenação do programa em Brasília–DF promove ações de estímulo, incentivadas por premiações, concursos e pelo envolvimento direto de radialistas e responsáveis pelas emissoras de rádio, percebe-se a **Participação Controlada** dos atores sociais e individuais, principalmente os agricultores, por meio do envio de poesias, receitas, perguntas impressas ou mesmo gravações, via telefone (linha 0800 disponibilizada pela coordenação do Prosa Rural em Brasília–DF), para serem levadas ao ar.

Enquanto a participação dos atores institucionais que atuam com pesquisa e desenvolvimento e com a assistência técnica e extensão rural pública, a exemplo da Embrapa e da EBDA, caracteriza-se como uma **Participação Poder**, pois essas instituições atuam nas diversas etapas do processo comunicativo, começando pela seleção dos temas do programa e passando pela indicação dos técnicos e dos agricultores que serão entrevistados.

Essas práticas têm suas raízes fundadas no modelo ofertista de transferência de tecnologia e, portanto, não conduzem à desejada participação poder, instancia máxima da comunicação participativa, e tampouco para a consolidação do diálogo. A diferença é que hoje existe maior interação entre a Embrapa e os atores finais desse processo, e esses atores têm assumido uma postura mais crítica frente às tecnologias ofertadas, às suas adequações à realidade local e cobrado, enquanto sujeitos, a valorização dos saberes local e a maior participação nos projetos implantados.

Conclusões:

Promover uma comunicação participativa e a partilha de informações e conhecimentos é uma decisão política, que não se limita a incentivar o envolvimento dos atores nos processos comunicativos, mas implica em empregar metodologias próprias, usar canais democráticos que estejam sempre acessíveis e criar modelos com novos formatos, linguagens e meios, dando condições para a participação direta do público-alvo de forma a possibilitar que esses se tornem protagonistas do processo.

Projetos como o programa radiofônico Prosa Rural - com ações em âmbito territorial -, procuram restabelecer, ainda que de forma geograficamente reduzida, a lacuna existente desde a década de 1980 quando as instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), que atuam na escala do Estado nacional, deixaram de acompanhar diretamente a demanda da agricultura familiar no âmbito social, econômico e até mesmo técnico pela inexistência de vínculos com esse segmento da agricultura brasileira.

A Embrapa tem avançado gradativamente na construção de um diálogo direto e de uma comunicação mais participativa e interativa com e para os agricultores familiares, bem como suas representações organizativas e demais instituições públicas; e o programa radiofônico Prosa Rural tem contribuído tanto para o avanço nas ações comunicativas quanto para o estabelecimento de diálogos horizontalizados da instituição com esses segmentos do campo.

Referências:

AGUIAR, Ronaldo Conde de. **Abrindo o pacote tecnológico**: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 2. ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

_____. **Além dos meios e mensagens – Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

EMBRAPA **V Plano Diretor da Embrapa 2008 – 2011 – 2023**. 1. ed. Brasília-DF: Secretaria de Gestão e Estratégia, 2008. Disponível em:

<http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/PDE_V20081230_CIMP.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2009.

_____. **Política de comunicação**. 2. ed. revista e ampliada, Brasília-DF, 2002.

_____. **Pesquisa agropecuária e qualidade de vida: A história da Embrapa**. Brasília-DF, 2000.

_____. **Política de comunicação empresarial**. Brasília-DF, 1996.

FERNANDÉZ, Florentino Sanz. **El aprendizaje fuera de la escuela: tradición del pasado e desafío para el futuro**. Madri: Edicions Acadêmicas, 2006.

FERREIRA, Francisco W. A. **A participação da comunidade na criação de órgãos municipais de apoio**. São Paulo, CENAFOR, 1985.

FOME Zero. **Conceito**, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/o_que_é>. Acesso em: 20 jul. 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GRAZIANO DA SILVA, José F. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria e Crítica**. 2. ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **Histórias das teorias da comunicação**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

ORTRIWANO, Gisele S. **A informação no rádio – grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PERUZZO, Cicília, M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. **Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil**. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

_____. Resenhas. In: **Caderno de Difusão Tecnológica**, Brasília, v. 3, n. 1, Jan./Abr.; 1986, p. 189-198.

SCHNEIDER, Sérgio. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil: versão ampliada do trabalho Trends and matters in rural development studies in Brazil, apresentando no XXII Congresso of the European Society for Rural Sociology, Wageningen. **Anais...** Holanda, 20-24 agosto de 2007.

THIOLLENT, Michel. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília–DF, v. 1, n. 1, Jan./Abr.; de 1984, p. 43-51.